



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental

Relatório Análise de Defesa - Alvaro Jose Sanches - SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DFISC

Uberlândia, 20 de julho de 2023.

**Análise Técnica de Auto de Infração**  
**Retorno de baixa de diligência**

**Autuado:** Álvaro José Sanches

**Auto de Infração:** 190810/2019

**Processo Administrativo CAP:** 667283/2019

Da introdução

O auto de infração em epígrafe foi lavrado pelo servidor Wanderlei Almeida Coelho, à época do Núcleo de Fiscalização - Alto Paranaíba, sendo vinculado ao Auto de Fiscalização 49892/2019. A fiscalização ocorreu nas Fazendas Manabuiú, Planalto Verde I, Prata e Torrão de Ouro, município de Presidente Olegário, em 05/04/2019.

As irregularidades constatadas que levaram à lavratura do auto de infração foram:

- "exercer atividade potencialmente poluidora, enquadrada como Classe 4, Porte Grande, da listagem G 01-03-1 da DN 217/17, sem o devido licenciamento ambiental"
- "causar degradação/poluição do solo e dos recursos hídricos devido ao lançamento de dejetos de suínos e chorume de composteira sobre o solo, digo, sem haver tratamento"

O Auto de Fiscalização vinculado, descreve em síntese:

- que em 16/08/2018 durante "Operação de Fiscalização Ordinária de Fiscalização DFISC NOR 002 - Fragmentação de Licenciamento e Recursos Hídricos I" o empreendimento havia sido fiscalizado e autuado por intervenção irregular em recursos hídricos e lançamento de dejetos de suínos e chorume de composteira, sendo lavrado o Auto de Fiscalização 95675/2018 e Autos de Infração 129594/2018, 129595/2018 e 129596/2018.

- que em 28/11/2018 uma equipe da SEMAD fiscalizou o empreendimento dentro da "Operação Especial Preventiva Integrada - FPI São Francisco", quando constataram que o empreendimento possuía 2018 hectares de área útil de culturas anuais (G 01-03-1). 5.500 cabeças de suínos na modalidade ciclo completo (G 02-04-6), barragem de irrigação/perenização de 26.55 hectares de área inundada (G 05-02-0), posto de abastecimento de 10.000 litros (F 06-01-7), sendo classificada como Porte Grande, Classe 4, passível de licença ambiental, tendo sido apresentada a Licença de Operação LO 221/2010 válida até 10/12/2018 e tendo apurado, em 05/02/2019, no SIAM, que não haveria solicitação de renovação de referida licença. Foi lavrado, por aquela equipe, o Auto de Fiscalização 163230/2019 em 05/02/2019, sendo constatadas irregularidades referente à disposição inadequada de efluentes, queima de resíduos e uso irregular de recursos hídricos e lavrado Autos de Infração 181301/2019, 181302/2019.

- que nesta fiscalização atual, objeto desta análise, foi constatado: - que não havia mais queima de resíduos, porém as caixas separadoras de água e óleo necessitavam de manutenção; - que nas granjas os dejetos estavam escoando pelo solo, que a lagoa estava com a manta danificada e a composteira com vazamento de chorume devido ao manejo ineficiente; - que relativo ao licenciamento ambiental o empreendedor apresentou um requerimento de licença datado de 06/10/2018, porém sendo verificado que o licenciamento foi indeferido, sendo assim não possuindo licença válida ou TAC para acobertar as atividades. Ainda, nesta fiscalização foram constatadas irregularidades em intervenção em recursos hídricos, que por estarem em auto de infração específico, não são objetos deste auto de infração ora analisado.

Dos questionamentos feitos na 159ª Reunião da URC COPAM

Durante a citada reunião foram feitos questionamentos exclusivamente sobre o Porte e a Classe do empreendimento utilizados para a tipificação das irregularidades constatadas, sendo alegado que o empreendimento não possuía área útil de 2018 hectares para atividade de culturas anuais, e que desta forma, o empreendimento deveria ter sido classificado como Porte Médio e Classe 3 para as atividades desenvolvidas na propriedade, sendo anexado aos autos o FOBI - Formulário de Orientação Básica 0320596/2019.

Da análise

Diante da verificação que esta fiscalização atual faz referências à fiscalizações anteriores no que tange aos parâmetros das atividades desenvolvidas no empreendimento e seu porte/classe, é necessário resgatar também os autos anteriores citados.

O Auto de Fiscalização 95675/2018, relativo à primeira fiscalização citada, classificou o empreendimento como Classe 3, Porte Médio. O mesmo auto, informa que o empreendimento possuía Licença Ambiental concedida LOC 221/2020. Observa-se que no decorrer do texto do auto de fiscalização, não há nenhuma citação que esta licença estaria incorreta, ou que não acobertava as atividades desenvolvidas no empreendimento, assim, imagina-se que as atividades citadas na licença condiziam com as desenvolvidas.

Abaixo recortes do auto de fiscalização citado:

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH

1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº **95675** /20 **18** Folha 1/3

2. AGENDAS: 01 [ ] FEAM 02 [ ] IEF 03 [ ] IGAM Hora: **16:00** Dia: **16** Mês: **AGOSTO** Ano: **2018**

3. Motivação: [ ] Denúncia [ ] Ministério Público [ ] Poder Judiciário [ ] Operações Especiais do CGFAI [ ] SUPRAM [ ] COPAM/CRH [ ] Rotina

4. Finalidade: FEAM: [ ] Condicionantes [ ] Licenciamento [ ] AAF [ ] Emergência Ambiental [ ] Acompanhamento de projeto [x] Outros  
IEF: [ ] Fauna [ ] Pesca [ ] DAIA [ ] Reserva Legal [ ] DCC [x] APP [ ] Danos em áreas protegidas [ ] Outros  
IGAM: [x] Outorga [x] Outros

01. Atividade: **AGROSSILVOPASTORIL/SUÍNOS** 02. Código: **G-02-04-G** 03. Classe: **3** 04. Porte: **M**  
05. Processo nº: 06. Orgão: 07. [ ] Não possui processo  
08. [x] Nome do Fiscalizado: **ALVARO JOSE SANCHES E OUTROS** 09. [x] CPF: **058.583.046-05** 10. [ ] CNPJ  
11. RG: 12. CNH-UF: 13. [ ] RGP [ ] Tit. Eleitoral

O mesmo auto, informa que o empreendimento possuía Licença Ambiental concedida LOC 221/2020 com as seguintes atividades:

Há licença ambiental concedida: LOC 221/2010, com vencimento até 10/12/2018, com as seguintes atividades:

- Culturas anuais: 382 hectares, sendo 45 hectares irrigados por pivô central;
- Cafeicultura: 232 hectares, todos irrigados;
- Bovinocultura – confinamento: capacidade para 800 animais, constava com 300 Cb, no ato da fiscalização;
- Piscicultura em tanque rede: 75 m²
- Piscicultura em tanques escavados: 31.000 m², entre tanques ativos e inativos;
- Beneficiamento primário de grãos: 12.000 toneladas/ano
- Silvicultura: 230 hectares;
- Barragem de irrigação: 19,7 hectares;
- Suinocultura: 5.500 animais.

✓ Constatamos as seguintes ocorrências:

Abaixo, recorte de tela do SIAM, onde verifica-se que para o processo 90005/2000/002/2008, o qual embasou a emissão da LOC 221/2010, consta como o empreendimento caracterizado como Classe 3, Porte Médio.

Análise

Documentos: Tipo Licenciamento IEF, Processo: 90005/2000/002/2008, Modificação: REVALIDAÇÃO DE LO, Situação: LICENÇA REVALIDADA, Data: 28/02/2008

Processos: Emissor/Reitor: 058 583 046-05 - ALVARO JOSE SANCHES E OUTROS, Responsável: Franklin de Almeida Costa

Visualizar Histórico: Município: PRESIDENTE OLEGÁRIO

Transmissão: Emissão: BARRAGEM DE IRRIGAÇÃO OU DE PERENIZAÇÃO PARA AGRICULTURA SEM DESLOCAMENTO DE POPULAÇÃO ATINGIDA, Classe: 3

Assessor: Técnico: BARRAGEM DE IRRIGAÇÃO, BENEFICIAMENTO PRIMÁRIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS (LIMPEZA, LAVAGEM, SECAJEM, DESCAVAMENTO OU CLASSIFICAÇÃO), Formalização: 28/02/2008

Parâmetros: Técnico: SUINOCULTURA (CICLO COMPLETO), CAFEICULTURA E CITRICULTURA

Documento: 0048622/2011

Dados: Trânsito: Físico

SIAM - Formalização - FCB - Cadastro de Empreendimento - Google Chrome

Não seguro | siam.mg.gov.br/siam/formalizacao/fce/cademprmo\_form.jsp?pageheader=N8cod\_empreendimento...

Cadastro de Empreendimento

Localização: Correspondência: Caracterização

Identificação do Porte / Características

Total de Registros: 2

Detalhe:

Tipo Licenciamento IEF: FCB (27/06/2007) 12032/2007, FCB (27/06/2007) 12032/2007

Tipo de Licença / Objeto de Licenciamento: REVALIDAÇÃO DE LO, Atividade Principal: BARRAGEM DE IRRIGAÇÃO OU DE PERENIZAÇÃO PARA AGRICULTURA SEM DESLOCAMENTO DE POPULAÇÃO ATINGIDA

Classe / Porte: 3 / M, Processo Administrativo: 90005/2000/002/2008

Detalhe:

Tipo Licenciamento FEAM: FCB (25/12/1998) 011620/2000, FCB (25/12/1998) 011620/2000

Tipo de Licença / Objeto de Licenciamento: LICENÇA DE ATIVIDADE PRINCIPAL: CULTURAS ANUAIS E PERMANENTES

Classe / Porte: CORRETIVO, Processo Administrativo: 90005/2000/002/2008

Alterações: Atualizar, Gravar, Retornar

Proceder: Enviar Resposta, Transferir Documento, Salvar Alterações, Histórico, Visualizar

DOCUMENTO DIGITAL: Ver Imagem, Gerar Nova Imagem, Anexar Documento Digital, Enviar Para Digitalização, Elaborar Modelo Original, Enviar Documento para Aprovar, Anexar documento Digital

Excluir, Retornar, Novo, Retornar

No Parecer Técnico que embasou a emissão da licença LOC 221/2010, consta no item 3.2 - Reserva Legal, que o imóvel possui área total de 1.048,82 hectares, conforme recorte:

### 3.2. RESERVA LEGAL

O imóvel possui área total de 1.048,82 hectares, conforme matrículas nº. 631, 14.133 e 14.108. A área correspondente à reserva legal está localizada dentro da propriedade, cuja extensão é de 221.85,90 hectares, não inferior aos 20% exigidos por lei. Constituída pela fisionomia do cerrado bem desenvolvida e em bom estado de conservação.

A próxima fiscalização citada, realizada em 28/11/2018, e conforme o Auto de Fiscalização 163230/2019 cita que no empreendimento são realizadas diversas atividades, mas em especial para a atividade de culturas anuais que são 2018 hectares, o que levaria o empreendimento à ser classificado como Porte Grande, Classe 4.

Nesta fiscalização consta que no ato de fiscalização foi apresentado o Certificado de Licença 221/2010 porém vencido em 10/12/2018.

Nota-se novamente que no decorrer do texto do auto de fiscalização não há nenhuma informação de que as atividades desenvolvidas estariam em desacordo com a licença, ainda que esta vencida. Também não há informações, por exemplo que o tamanho da propriedade seria maior que o que consta na licença vencida, ou eventualmente teriam outras áreas (de terceiros, arrendadas, interdependentes, por exemplo) que pudesse ter ampliado a área de culturas anuais para 2018 hectares, esta maior

do que a propriedade.

Diante de todo o exposto, imagina-se que tenha ocorrido um equívoco no Auto de Fiscalização 163230/2019 quando é citado que no empreendimento é desenvolvida atividade de culturas anuais em 2018 hectares, tendo em vista que esta área seria maior do que a da propriedade, e por consequência, na fiscalização ora debatida, tenha sido considerada esta área como referência, equivocadamente também.

Assim, opina-se pela redução do valor da multa para as duas irregularidades constatadas, considerando o empreendimento como Classe 3, Porte Médio, devendo ser alterado para o valor de 11750 UFEMG para cada infração, conforme tabela I da versão original do Decreto 47383/2018.

FAIXAS	Porte Inferior		Pequeno		Médio		Grande	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Leve	50,00	150,00	150,00	450,00	450,00	1.350,00	1.350,00	4.050,00
Grave	250,00	750,00	750,00	2.250,00	2.250,00	6.750,00	6.750,00	20.250,00
Gravíssima	1.250,00	3.750,00	3.750,00	11.250,00	11.250,00	33.750,00	33.750,00	101.250,00



Documento assinado eletronicamente por **Victor Otavio Fonseca Martins, Servidor(a) Público(a)**, em 21/07/2023, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francely Aparecida Moreno de Tillio, Diretora**, em 21/07/2023, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **70054889** e o código CRC **215B058D**.